

**CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE CEDOFELTA**  
**BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

**Contribuinte :** 500746583  
**Moeda :** (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2017	31 DEZ 2016
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	4	1 371 062,79	1 412 172,40
Investimentos financeiros	11.13	2 152,19	1 283,09
		1 373 214,98	1 413 455,49
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	6	2 393,33	2 341,24
Créditos a receber	11.1	12 454,06	10 292,10
Estado e outros entes públicos	11.7	1 326,83	2 651,31
Diferimentos	11.3	1 817,61	1 792,31
Outros ativos correntes	11.2	18 144,13	24 557,31
Caixa e depósitos bancários	11.4	56 878,76	20 750,87
		93 014,72	62 385,14
<b>Total do ativo</b>		<b>1 466 229,70</b>	<b>1 475 840,63</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Resultados transitados	11.5	-144 726,32	-49 386,83
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	11.5	80 009,49	82 503,48
		-64 716,83	33 116,65
Resultado líquido do período		-64 889,03	-95 339,49
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>-129 605,86</b>	<b>-62 222,84</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos obtidos	5	1 464 666,23	1 409 666,23
		1 464 666,23	1 409 666,23
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	11.6	4 807,62	11 745,24
Estado e outros entes públicos	11.7	15 598,64	16 285,15
Outros passivos correntes	11.8	110 763,07	100 366,85
		131 169,33	128 397,24
<b>Total do passivo</b>		<b>1 595 835,56</b>	<b>1 538 063,47</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>1 466 229,70</b>	<b>1 475 840,63</b>

Original assinado pelos membros da direção e pelo CC

**CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE CEDOFELTA**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

**Moeda :** (Valores em Euros)

<b>RÚBRICAS</b>	<b>NOTAS</b>	<b>PERÍODOS</b>	
		<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b><u>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</u></b>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		361 481,47	336 643,92
Pagamentos a fornecedores		-187 693,84	-216 978,12
Pagamentos ao pessoal		-442 589,64	-439 143,81
	Caixa gerada pelas operações	-268 802,01	-319 478,01
		252 155,73	249 348,83
<b>Outros recebimentos/pagamentos</b>		-16 646,28	-70 129,18
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)			
<b><u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u></b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Activos fixos tangíveis		-1 278,93	-2 053,22
Investimentos financeiros		-962,31	-817,64
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Investimentos financeiros		15,41	337,73
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-2 225,83	-2 533,13
<b><u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u></b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		55 000,00	67 800,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		55 000,00	67 800,00
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		36 127,89	-4 862,31
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		20 750,87	25 613,18
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	11.4	56 878,76	20 750,87

Original assinado pelos membros da direção e pelo CC.

**CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE CEDOFELA  
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

Moeda    EUROS

<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>	<b>NOTAS</b>	<b>PERÍODOS</b>	
		<b>2 017</b>	<b>2 016</b>
Vendas e serviços prestados	7	362 201,31	338 000,16
Subsídios, doações e legados à exploração	8, 11.9	470 714,85	527 591,69
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-86 199,35	-94 186,33
Fornecimentos e serviços externos	11.10	-105 932,49	-130 259,54
Gastos com o pessoal	9	-666 758,27	-665 496,67
Outros rendimentos	7, 11.11	3 830,16	18 514,87
Outros gastos	11.12	-476,28	-47 014,90
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>-22 620,07</b>	<b>-52 850,72</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-42 268,96	-42 488,77
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-64 889,03</b>	<b>-95 339,49</b>
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>-64 889,03</b>	<b>-95 339,49</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-64 889,03</b>	<b>-95 339,49</b>

Original assinado pelos membros da direção e pelo CC.

Entidade: Centro Social Paroquial de CEDOFITA  
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte: 500746583

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Creche	Pré-escolar	Estrutura Residencial	Centro de Dia	Apóio Domiciliário	PERÍODOS	
							2017	2016
Vendas e serviços prestados		31 483,55	30 505,44	257 217,51	20 295,50	22 699,31	362 201,31	338 000,16
Custo das vendas e dos serviços prestados		-166 655,64	-165 725,49	-262 659,29	-71 317,31	-86 599,89	-752 957,62	-759 683,00
<b>Resultado Bruto</b>		<b>-135 172,09</b>	<b>-135 220,05</b>	<b>-5 441,78</b>	<b>-51 021,81</b>	<b>-63 900,58</b>	<b>-390 756,31</b>	<b>-421 682,84</b>
Outros Rendimentos		135 097,53	120 955,32	75 158,56	50 004,31	93 329,29	474 545,01	546 106,56
Gastos administrativos		-18 432,05	-20 963,38	-67 238,98	-25 007,95	-16 559,09	-148 201,45	-172 748,31
Outros Gastos		-94,55	-97,45	-111,08	-86,60	-86,60	-476,28	-47 014,90
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-18 601,16</b>	<b>-35 325,56</b>	<b>2 366,72</b>	<b>-26 112,05</b>	<b>12 783,02</b>	<b>-64 889,03</b>	<b>-95 339,49</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>-18 601,16</b>	<b>-35 325,56</b>	<b>2 366,72</b>	<b>-26 112,05</b>	<b>12 783,02</b>	<b>-64 889,03</b>	<b>-95 339,49</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-18 601,16</b>	<b>-35 325,56</b>	<b>2 366,72</b>	<b>-26 112,05</b>	<b>12 783,02</b>	<b>-64 889,03</b>	<b>-95 339,49</b>

Original assinado pelos membros da direção e CC.

# **CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL**

## **DE CEDOFEITA**

**Anexo às Demonstrações Financeiras de 2017**

## Índice

1	Identificação da Entidade .....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	3
3	Principais Políticas Contabilísticas .....	3
3.1	Bases de Apresentação .....	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	6
4	Ativos Fixos Tangíveis .....	9
5	Custos de Empréstimos Obtidos.....	10
6	Inventários .....	10
7	Rendimentos.....	11
8	Subsídios e outros apoios das entidades públicas.....	11
9	Benefícios dos empregados.....	11
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais .....	12
11	Outras Informações .....	12
11.1	Créditos a receber.....	12
11.2	Outros ativos correntes .....	12
11.3	Diferimentos .....	12
11.4	Caixa e Depósitos Bancários .....	13
11.5	Fundos Patrimoniais .....	13
11.6	Fornecedores .....	13
11.7	Estado e Outros Entes Públicos .....	13
11.8	Outros Passivos Correntes.....	14
11.9	Subsídios, doações e legados à exploração .....	14
11.10	Fornecimentos e serviços externos .....	14
11.11	Outros rendimentos.....	14
11.12	Outros gastos.....	15
11.13	Investimentos Financeiros.....	15
11.14	Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados .....	16
11.15	Acontecimentos após data de Balanço .....	16

## **1 Identificação da Entidade**

---

O Centro Social e Paroquial de Cedofeita é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “IPSS” com estatutos publicados no Diário da República, Série III, nº50 de 1 de Março de 1991.

Tem sede na Paróquia de Cedofeita, cidade do Porto.

Visa contribuir para a promoção integral de todos os paroquianos, num espirito de solidariedade humana, cristã e social, propondo-se criar e manter, entre outras, atividades de: assistência à 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> infâncias, apoio a jovens, assistência à população que dela necessitar, apoio à terceira idade e à população ativa.

## **2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

---

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, alterado pelo Decreto-Lei nº. 98/2015 de 2 de Junho. O Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

## **3 Principais Políticas Contabilísticas**

---

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

### **3.1 Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

#### **3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceitual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo

registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

#### **3.1.2 Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

#### **3.1.3 Compreensibilidade**

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

#### **3.1.4 Relevância**

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

#### **3.1.5 Materialidade**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

#### **3.1.6 Fiabilidade**

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

### **3.1.7 Representação Fidedigna**

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confiram segurança na hora da tomada de decisão.

### **3.1.8 Substância sobre a forma**

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

### **3.1.9 Neutralidade**

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

### **3.1.10 Prudência**

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

### **3.1.11 Plenitude**

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

### **3.1.12 Comparabilidade**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas

contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

### **3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração**

#### **3.2.1 Fluxos de Caixa**

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

#### **3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis**

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	6 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Equipamento Informático	5 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	6 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

O desconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração de Resultados nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

### 3.2.3 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Relativamente às entidades que aplicem o regime consignado no SNC-ESNL as entregas mensais para o FCT, efetuadas pela entidade empregadora, devem ser reconhecidas como um ativo financeiro dessa entidade, mensurado ao custo.

O registo contabilístico do ativo financeiro referido será efetuado na conta “415 – Outros investimentos financeiros” e a eventual valorização gerada pelas aplicações financeiras dos valores do FCT será reconhecida como rendimento na data em que ocorrer o reembolso à entidade empregadora.

### **3.2.4 Inventários**

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

### **3.2.5 Instrumentos Financeiros**

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

#### Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros.

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados ou membros, que se encontrem com saldo no final do período, se tenham vencido, e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### Créditos a Receber

Os “Créditos a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

#### **3.2.6 Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

#### **3.2.7 Financiamentos Obtidos**

Os “Financiamento Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

#### **3.2.8 Impostos Sobre o Rendimento**

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

### **4 Ativos Fixos Tangíveis**

#### Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2016	Adições	Abate	31-12-2017
Edifícios e Outras Construções	1 659 681,69			1 659 681,69
Equipamento Básico	151 125,49	1 159,35		152 284,84
Equipamento Administrativo	15 028,77			15 028,77

Outros Ativos Fixos Tangíveis	4 285,07			4 285,07
<b>Ativo Tangível Bruto</b>	<b>1 830 121,02</b>	<b>1 159,35</b>	<b>0,00</b>	<b>1 831 280,37</b>
Depreciações Acumuladas				
Edifícios e Outras Construções	268 792,24	31 697,24		300 489,48
Equipamento Básico	131 161,22	9 731,55		140 892,77
Equipamento Administrativo	13 710,09	840,17		14 550,26
Outros Ativos Fixos Tangíveis	4 285,07			4 285,07
<b>Depreciações Acumuladas</b>	<b>417 948,62</b>	<b>42 268,96</b>	<b>0,00</b>	<b>460 217,58</b>
<b>Ativo Tangível Líquido</b>	<b>1 412 172,40</b>	<b>-41 109,61</b>	<b>0,00</b>	<b>1 371 062,79</b>

## 5 Custos de Empréstimos Obtidos

O Centro Social e Paroquial de Cedofeita obteve da Paróquia de Cedofeita financiamento para fazer face aos investimentos efetuados no Lar de S. Martinho.

Descrição	2017			2016		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
<b>Outros Financiadores</b>						
Paróquia de Cedofeita	0,00	1 464 666,23	1 464 666,23	0,00	1 409 666,23	1 409 666,23
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>1 464 666,23</b>	<b>1 464 666,23</b>	<b>0,00</b>	<b>1 409 666,23</b>	<b>1 409 666,23</b>

## 6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Rubricas	31-12-2017	31-12-2016
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2 393,33	2 341,24
<b>Total</b>	<b>2 393,33</b>	<b>2 341,24</b>

No que concerne à quantia de “Inventários” de géneros alimentares reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, detalham-se conforme segue:

Movimentos	2017	2016
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldo Inicial	2 341,24	2 540,40
Compras	71 270,64	78 368,07
Doações	14 980,80	15 619,10
Saldo Final	2 393,33	2 341,24
<b>Gastos do Período</b>	<b>86 199,35</b>	<b>94 186,33</b>

## 7 Rendimentos

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rubricas	31-12-2017	31-12-2016
<b>Prestação de Serviços</b>	<b>362 201,31</b>	<b>338 000,16</b>
Quotas do Utilizadores	362 201,31	338 000,16
<b>Outros Rendimentos e Ganhos</b>	<b>3 830,16</b>	<b>18 514,87</b>
Rendimentos suplementares	1 146,31	1 129,82
Imputação Subsídios Investimento	2 493,99	2 493,99
Indemnizações seguro	117,22	2 185,90
Correções relativas a períodos anteriores	38,65	11 956,72
Outros	33,99	748,44
<b>Total</b>	<b>366 031,47</b>	<b>356 515,03</b>

## 8 Subsídios e outros apoios das entidades públicas

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

<b>Descrição</b>	<b>Natureza</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
		Demonstração de Resultados	Demonstração de Resultados
ISS, IP (dotação)	Não Reembolsável	443 889,15	475 794,82
IEFP	Não Reembolsável	0,00	72,72
<b>Total</b>		<b>443 889,15</b>	<b>475 867,54</b>

## 9 Benefícios dos empregados

O órgão diretivo é composto por 5 elementos. A instituição contou, em média, com 51 colaboradores no exercício de 2017 e com 53 colaboradores durante o exercício de 2016.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

<b>Descrição</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Remunerações ao pessoal	538 989,20	557 133,96
Indemnizações	86,34	1 666,08
Encargos sobre as Remunerações	121 742,76	100 700,89
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	5 260,37	4 749,74
Outros Gastos com o Pessoal	679,60	1 246,00
<b>Total</b>	<b>666 758,27</b>	<b>665 496,67</b>

## **10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais**

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## **11 Outras Informações**

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

### **11.1 Créditos a receber**

A rubrica “Clientes e Utentes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
<b>Clientes e Utentes c/c</b>		
Utentes	12 454,06	10 292,10
<b>Total</b>	<b>12 454,06</b>	<b>10 292,10</b>

### **11.2 Outros ativos correntes**

Esta rúbrica tinha, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
<b>Devedores por acréscimos rendimentos</b>		
Estimativa compensação das educadoras	0,00	5 969,80
Outros acréscimos de rendimentos	33,97	78,11
<b>Entidades do SPA</b>		
PEDEPE – Comp. Educadoras	18 110,16	17 909,40
<b>Outros devedores e Credores</b>		
Rui Silva	0,00	600,00
<b>Total</b>	<b>18 144,13</b>	<b>24 557,31</b>

### **11.3 Diferimentos**

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
Seguros	1 817,61	1 361.81
Manutenção	0,00	430,50
<b>Total</b>	<b>1 817,61</b>	<b>1 792,31</b>

#### **11.4 Caixa e Depósitos Bancários**

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
<b>Caixa e Depósitos Bancários</b>		
Caixa	15 671,04	7 606,14
Depósitos à Ordem	41 207,72	13 144,73
<b>Total</b>	<b>56 878,76</b>	<b>20 750,87</b>

#### **11.5 Fundos Patrimoniais**

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações durante o exercício de 2017:

Descrição	Saldo Inicial	Diminuições	Saldo Final
Resultados Transitados	-49 386,83	95 339,49	-144 726,32
Outras variações nos fundos patrimoniais	82 503,48	2 493,99	80 009,49
<b>Total</b>	<b>33 116,65</b>	<b>97 833,48</b>	<b>-64 716,83</b>

#### **11.6 Fornecedores**

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
<b>Fornecedores c/c</b>		
Fornecedores	4 807,62	11 745,24
<b>Total</b>	<b>4 807,62</b>	<b>11 745,24</b>

#### **11.7 Estado e Outros Entes Públicos**

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
<b>Ativo</b>		
IVA - A Recuperar	1 326,83	2 651,31
<b>Total</b>	<b>1 326,83</b>	<b>2 651,31</b>
<b>Passivo</b>		
Retenções na Fonte - IRS	3 043,41	3 269,19
Segurança Social	12 463,81	12 933,35
Outros (FCT e FGCT)	91,42	82,61
<b>Total</b>	<b>15 598,64</b>	<b>16 285,15</b>

## 11.8 Outros Passivos Correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
	Corrente	Corrente
<b>Adiantamentos de utentes</b>	<b>1 242,92</b>	<b>0,00</b>
<b>Credores por Acréscimo de Gastos</b>	<b>108 577,15</b>	<b>100 346,85</b>
Remunerações a Liquidar	93 444,05	99 336,93
Acertos Dotação Ac. Cooperação	13 614,54	0,00
Outros Acréscimos de gastos	1 518,56	1 009,92
<b>Pessoal</b>	<b>943,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Outros Credores</b>	<b>0,00</b>	<b>20,00</b>
<b>Total</b>	<b>110 763,07</b>	<b>100 366,85</b>

## 11.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	443 889,15	475 867,54
Doações e heranças	26 825,70	51 724,15
<b>Total</b>	<b>470 714,85</b>	<b>527 591,69</b>

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

Os géneros alimentares, doados pelo Banco Alimentar, foram considerados na conta 753 – Doações e Heranças.

## 11.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e Serviços Externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Serviços especializados	32 276,92	41 019,44
Materiais	5 922,66	6 904,29
Energia e fluídos	41 894,57	53 646,80
Deslocações, estadas e transportes	954,50	2 084,85
Serviços diversos	15 211,00	16 440,92
Encargos com Utentes	9 672,84	10 163,24
<b>Total</b>	<b>105 932,49</b>	<b>130 259,54</b>

### 11.11 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos suplementares	1 146,31	1 129,82
Descontos p.p. obtidos	32,71	115,32
Rendimentos de ativos financeiros	1,28	0,07
Rendimentos de ativos não financeiros	117,22	0,00
Correções relativas a períodos anteriores	38,65	11 956,72
Imputação de subsídios ao investimento	2 493,99	2 493,99
Outros (indemnizações seguros e outros)	0,00	2 818,95
<b>Total</b>	<b>3 830,16</b>	<b>18 514,87</b>

### 11.12 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	24,38	325,80
Correções relativas a períodos anteriores	14,70	46 256,10
Quotizações	432,00	432,00
Outros n.e.	5,20	1,00
<b>Total</b>	<b>476,28</b>	<b>47 014,90</b>

Em 2016, rubrica “Correções relativas a períodos anteriores” inclui o montante de 40.800,78€ relativo ao ajuste efetuado no subsídio ao investimento que se encontrava desajustado da realidade.

A imputação do subsídio ao investimento estava a ser efetuada por valores superiores aos que efetivamente deveriam ter sido efetuados, por esse motivo teve de se efetuar a devida correção.

### 11.13 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2017	2016
<b>Outros investimentos Financeiros</b>		
FCT	2 152,19	1 283,09
<b>Total</b>	<b>2 152,19</b>	<b>1 283,09</b>

Estes investimentos financeiros correspondem às entregas por parte da entidade para o FCT – Fundo Compensação do Trabalho.

#### **11.14 Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados**

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano de 2017, foi o seguinte:

Creche : 41

Pré-escolar : 50

Estrutura Residencial : 29

Centro de Dia : 27

Serviço de Apoio Domiciliário : 35

#### **11.15 Acontecimentos após data de Balanço**

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Porto, 22 de Junho de 2018

ORIGINAL ASSINADO PELOS MEMBROS DA DIREÇÃO E PELO CONTABILISTA CERTIFICADO.